

29 DEZ 1987

Brasil retoma pagamento dos juros

por Paulo Sotero
de Nova York

O governo brasileiro retoma hoje o pagamento dos juros da dívida externa, depois de uma suspensão de nove meses e nove dias, iniciada quando o presidente José Sarney decretou a moratória sobre a dívida de médio e longo prazo, no dia 20 de fevereiro. Até o meio-dia, horário de Nova York, cerca de US\$ 350 milhões das reservas brasileiras, que foram depositadas a juros abaixo da Libor no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), na Suíça, pouco antes da decretação da suspensão de pagamentos, para ficar fora ao alcance de ações judiciais dos credores, serão

transferidos para uma conta especial no Citicorp.

A transferência já foi autorizada em meados do mês pelas autoridades brasileiras. Simultaneamente, os 114 bancos que entraram no empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões ao País, fechado na semana passada, enviarão para o Citicorp um total aproximado de US\$ 700 milhões. O US\$ 1,1 bilhão resultante dessas transferências será automaticamente remetido aos 800 credores da dívida externa do País.

O pagamento a ser efetuado hoje cobre os juros dos meses de outubro, novembro e da primeira quinzena de dezembro. A segunda quinzena de dezem-

bro será paga em janeiro. Paralelamente, uma fonte do comitê de bancos ouvida por este jornal previu o adiamento do prazo de 15 de janeiro para a conclusão de um acordo de reescalonamento da dívida a médio prazo.

O primeiro adiamento é automático e está estipulado no "entendimento preliminar" que o governo brasileiro negociou com os bancos em novembro. O entendimento preliminar estabelece que adiamentos subsequentes terão de ser aprovados por um conjunto de grandes bancos que detenha 50% da dívida externa brasileira a credores privados.

A continuação do pagamento de juros pelo Brasil, a partir de janeiro, é vista pelos credores como "um teste de boa fé do governo Sarney", segundo fontes bancárias. Os credores não

se surpreenderão, porém, se o governo usar o pagamento de juros dos primeiros meses de 1988 como instrumento de barganha na negociação do acordo de médio prazo.

O ministro da Fazenda demissionário, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmara que o País só pagaria os juros dos primeiros meses de 1988 caso houvesse um acordo de reescalonamento a médio prazo fechado até o fim de janeiro e os bancos entrassem com parte do dinheiro, através de um novo empréstimo-ponte.

As informações de que, Fernando Milliet, o presidente do Banco Central da equipe Bresser Pereira, liderará a delegação do País às negociações foi recebida com surpresa entre os credores, que a interpretaram como um possível sinal de falta de representatividade da nova equipe negociadora.